

EDUCAÇÃO DA ORALIDADE OU CALA A BOCA NÃO MORREU

Neusa Salim Miranda *

RESUMO: *Este artigo enfoca a questão da crise das práticas de oralidade em instâncias públicas da sociedade brasileira contemporânea e seu rebatimento na educação lingüística na escola brasileira. Evoca contribuições teóricas das Ciências Sociais e, em especial, da Lingüística e da Antropologia Evolucionista, na afirmação da tese do caráter interacional e cultural da cognição humana e da linguagem. Na proposição de uma "pedagogia do silêncio", equaciona a questão da educação lingüística em termos de sua relação com uma ética cidadã **determinativa** dos limites do comportamento interacional e lingüístico nas instâncias públicas e privadas de linguagem.*

PALAVRAS-CHAVE: *educação da oralidade; molduras interacionais públicas; pedagogia do silêncio.*

Introdução

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas "originais"; significa, também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, "socializá-las" por assim dizer; transformá-las, portanto, em bases de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente (...) a realidade presente é um fato "filosófico" bem mais importante e "original" do que a des-

coberta, por parte de um "gênio filosófico", de uma verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos de intelectuais. (Gramsci)

Há cerca de duas décadas, vimos presenciando no Brasil uma crescente discussão sobre pressupostos e práticas de ensino de Língua Portuguesa. Tal tema ganhou espaço nas universidades, rompendo a indiferença com que era tratado, graças às agendas investigativas propostas pela Lingüística Aplicada e à crescente sensibilidade da Lingüística e áreas afins aos processos de constituição da significação, do entendimento em instâncias reais de discurso. As novas propostas curriculares dos Estados e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) incorporaram tal discussão e os significativos avanços dela decorrentes. Hoje são plurais as contribuições nesta área, advindas da Lingüística, da Psicologia, da Sociologia da Linguagem, da Sociolingüística, dentre outros campos da ciência. Nesse vigoroso debate sobre o ensino de Língua Materna, majoritariamente sustentado pela concepção de linguagem como ação conjunta, como prática social interacional, algumas teses fundamentais ganharam corpo e adeptos.

A primeira delas, a primogênita, – *Não existe língua errada.* — ultrapassou os muros da academia, gerou polêmica, desencadeou a ira dos guardiões de uma língua congelada contra a dita “irresponsabilidade” dos lingüistas. Apesar disso, tal tese vem-se firmando como uma verdade consensual em nossas salas de aula de linguagem e dando espaço para a voz dos milhares de “atreticanos” e “framenguistas” deste país. O que há são diferenças lingüísticas que também traduzem outras diversidades, i.e, pessoas que procedem de regiões, de grupos sociais, de profissões, de gerações diferentes falam diferente; pessoas em situações sociais diversas também usam a língua de modo distinto. O multilingüismo e o multiculturalismo são, pois, uma grande riqueza de um povo, a sua singularidade, e não a sua pobreza.



Nesse mesmo território, as Ciências Sociais (Havelock, Ong, Graff, Street, R.Thomas, Olson, Tannem, Heath) vêm nos ajudando a derrubar outra barreira: o **mito do letramento** sustentado pela GRANDE DIVISÃO; de um lado, a *oralidade* como imprecisão, pensamento concreto, conservadorismo, primitivismo, atraso, miséria; de outro, a *escrita*, como precisão, pensamento abstrato, inovação, desenvolvimento social, econômico e científico. Assim, em início de milênio, devem ficar para trás as crenças no mágico poder transformador do mero aprendizado da leitura e escrita, nas virtudes *imanes* da escrita, capazes de tornar um povo desenvolvido, nutrido e feliz. Por acreditar na escrita como um valor em si mesmo é que se vem buscando “enfiá-la goela abaixo”, à revelia da identidade dos sujeitos. A concepção que temos de nós mesmos como sujeitos alfabetizados e civilizados nos faz prisioneiros de nossa narcisa imagem e vem contribuindo para

“a perpetuação do ponto de vista de que os analfabetos são criaturas patéticas e carentes; de que o analfabetismo é um problema social comparável à miséria, à desnutrição, à doença com os quais é sempre associado; de que os membros das sociedades sem escrita são selvagens ignorantes; de que as crianças que não conseguem aprender a ler são ineducáveis; de que os que não freqüentaram a escola pouco poderão saber que valha a pena.” (OLSON,1997:35)

Postula-se, pois, em lugar da Grande Divisão, uma concepção de **equação** entre oralidade e escrita. Em relação às sociedades letradas, trata-se de, para além dos mitos, discutir o papel dessas duas práticas, reconhecer a importante função que **ambas** desempenham nas práticas sociais: no lazer, no trabalho, na ciência (Como se fala nas academias!) na família, na escola, na burocracia, nas igrejas, nos sindicatos... Não se trata, pois, de superar a oralidade em direção à escrita.

Nesse enquadre de busca de superação dos preconceitos gerados pelos mitos da escrita, vale lembrar que a luta pela inclusão de

